

# COESÃO TERRITORIAL E DELIMITAÇÃO DO TERRITÓRIO LITORAL SUL (BAHIA): UMA DISCUSSÃO A PARTIR DAS CONDIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO RURAL<sup>1</sup>

## Territorial cohesion and Bahia's south coastal territory: a discussion based on rural development conditions

### Antonio César Ortega

Economista. Doutor em Economia pela Universidade de Córdoba (ESP) no Programa de Economia, Sociologia e Políticas Agrárias.  
Professor Titular do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (IERI/UFU). [acortega@ufu.br](mailto:acortega@ufu.br)

### Clesio Marcelino de Jesus

Economista. Doutor em Economia pela UFU no Programa de Pós Graduação em Economia. Professor Adjunto do IERI/UFU. [clesiomj@ufu.br](mailto:clesiomj@ufu.br)

### Cristiane Aparecida de Cerqueira

Economista. Doutora em Economia pela UFU. Professora do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz (DCEC/UESC). [ccerqueira@uesc.br](mailto:ccerqueira@uesc.br)

### Henrique Dantas Neder

Engenheiro mecânico. Doutor em Ciência Econômica. Professor da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Visitante da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). [hdneder@ufu.br](mailto:hdneder@ufu.br)

### Murilo José de Souza Pires

Economista. Doutor em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente pelo Instituto de Economia da Unicamp. Pesquisador Sênior no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur/Ipea). [murilo.pires@ipea.gov.br](mailto:murilo.pires@ipea.gov.br)

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo discutir a demarcação do Território Litoral Sul (Bahia), que foi estabelecida por programas públicos territoriais para a promoção do desenvolvimento rural. A proposta foi a de verificar se o referido território apresenta coesão territorial, em função do caráter identitário de sua população com o território, considerando os traços sociogeográficos, socioeconômicos, socioculturais e sociopolíticos. Assim, especificamente, pretendeu-se: i) Descrever as características rurais, a situação ambiental e a participação social; ii) Apresentar as características econômicas, da situação ocupacional, da desigualdade e do desenvolvimento; iii) Estimar o Índice de Desenvolvimento Rural (IDR). Para tanto, 25 variáveis municipais foram selecionadas e analisadas por meio dos métodos estatístico-descritivo e comparativo, como também por meio da Análise Fatorial. Os resultados apontam que o referido território é composto por municípios com distintas características e nível de desenvolvimento (inclusive rural), tornando-se necessário repensar sua delimitação, para se instituir territórios representados por áreas mais homogêneas, com necessidades e expectativas comuns, podendo potencializar sua coesão social e, assim, viabilizar a construção de pactos capazes de promover o desenvolvimento rural.

**Palavras-chave:** Análise multivariada; Municípios; Territórios; Políticas públicas.

**Abstract:** This article had the general purpose of discussing the demarcation of the South Coast Territory, which was established by the territorial public programs. The intention was to verify whether the municipalities of this territory have or not identity (territorial cohesion), considering socio geographical, socioeconomic, sociocultural and socio-political traits. Specifically, we aimed to: i) Describe the rural characteristics, the environmental situation and social participation; ii) Show the economic characteristics, occupational situation, inequality and development; iii) Estimate the Rural Development Index (RDI). For this purpose, we analysed twenty-five municipal variables were selected and through statistical-descriptive and comparative methods, as well through Factor Analysis. The results indicate that this territory is composed of municipalities with different characteristics and level of development (including the rural one), and it is necessary to rethink its delimitation, in order to establish territories represented by more homogeneous areas, with common needs and expectations. construction of territorial pacts.

**Keywords:** Multivariate analysis; Counties; Territories; Public policy

<sup>1</sup> Esse trabalho foi financiado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

## 1 INTRODUÇÃO

A adoção do enfoque territorial em políticas governamentais, com a finalidade de reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento rural no Brasil, completou uma década e meia. Para alcançar aqueles objetivos foram constituídos, em 2003, pelo governo federal, os Territórios Rurais (TRs) do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e, posteriormente, em 2008, os Territórios da Cidadania (TCs). Por sua vez, o governo da Bahia organizou em 2007 os Territórios de Identidade (TIs), acompanhando as políticas territoriais do governo federal.

O Território Litoral Sul (TLS) foi constituído pelos programas TRs e TCs, e está localizado na região Sul da Bahia. É um território extenso, e possui 14.664,70 km<sup>2</sup> distribuídos em 26 municípios. O TLS está inserido no bioma Mata Atlântica, com grande diversidade de fauna e flora; apresenta temperatura e pluviosidade elevadas, clima tropical úmido, grande capacidade hídrica e áreas litorâneas. Os solos são dos tipos latossolo e argissolo, profundos, mas em sua maioria, de baixa fertilidade natural, carecendo de correção (BRASIL, 2010).

O TLS constitui-se no mais populoso entre os TCs do estado baiano. Em 2010, a população total era de 772.683 residentes, dos quais 81,9% viviam no meio urbano e 18,1% viviam no meio rural (CERQUEIRA, 2015). Neste mesmo ano, identificam-se no TLS 14.610 agricultores familiares, 2.564 famílias assentadas, 2.743 pescadores e marisqueiras, quatorze comunidades quilombolas e duas etnias indígenas, sendo importante a presença da agricultura tradicional (BRASIL, 2010).

A história do TLS está relacionada ao período Brasil Colônia, quando o açúcar dominava a economia regional. Mas com a crise da lavoura açucareira, a partir de sementes advindas da Amazônia, em 1746, a cacauicultura passou a ser cultivada visando atender à crescente demanda de chocolate da Europa e dos Estados Unidos (NOIA; MIDDLEJ; ROMANO, 2015; BRASIL, 2010). Por causa do cultivo do cacau, no início do século XX, houve crescimento econômico nos municípios do eixo Ilhéus-Itabuna, e a população ampliou de 7 mil, em 1892, para 105 mil habitantes, em 1920, em uma média de, aproximadamente, 7% de crescimento ao ano (BRASIL, 2010).

Porém, nos anos 1920, com a expansão da produção, o envelhecimento dos cacauzeiros, o desgaste dos solos, a redução da produtividade e dos preços no mercado internacional ressaltaram as fragilidades da cacauicultura. No período da Segunda Guerra Mundial, o setor produtivo se desorganizou e ainda precisou enfrentar as instabilidades climáticas. Então, a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) foi instituída como responsável pelo processo de modernização tecnológica, contribuindo para o aumento da produção e da produtividade de amêndoas do cacau nos anos 1960, 1970 e 1980. Mas, o órgão garantiu apenas a manutenção dos interesses dos grandes cacauicultores, em uma “modernização conservadora”. Como resultado, as unidades de produção familiar ficaram ainda mais fragilizadas e foram mantidas as estruturas sociais regionais de concentração da riqueza e do poder (NOIA; MIDDLEJ; ROMANO, 2015).

A partir de 1980, houve crescimento da produção de cacau em alguns países asiáticos, que ampliou os excedentes mundiais e provocou redução dos preços no mercado internacional. Além disso, a política econômica nacional priorizou o controle inflacionário, reduzindo a oferta interna de créditos e de subsídios, aumentando os juros reais dos financiamentos agropecuários. Após 1989, o surgimento do fungo da vassoura-de-bruxa (*monilophthora* pernicioso), gerou impactos devastadores na lavoura, na economia (que já era frágil) e nas condições sociais (de uma sociedade já subdesenvolvida) dos municípios do sul da Bahia dependentes da monocultura do cacau (NOIA; MIDDLEJ; ROMANO, 2015; BRASIL, 2010).

Por certo, o cacau foi gerador de emprego e riquezas para a região e para o estado da Bahia, porém o conhecido “fruto de ouro” trouxe concentração dessa riqueza e do poder nas mãos dos chamados coronéis e políticos tradicionais ligados à cacauicultura. Cabe salientar que, desde sua implantação, a lavoura desenvolveu-se dependente da demanda externa para exportação de sua amêndoa.

Por tudo isso, como o cacau consolidou-se como a principal atividade agropecuária no TLS, a cultura ditou o comportamento econômico da região. E, quando sua atividade entra em crise, a economia regional também entra, afetando, particularmente, os agricultores, e, especialmente,

os agricultores familiares. Como alternativa, por sua vez, a produção agropecuária foi, lentamente, dinamizando outros setores, consolidando outras atividades agrícolas, como a produção de café, o coco-da-baía, a mandioca, entre outros, e do lado da pecuária o gado de corte e leiteiro merecem destaque. Entretanto, tais atividades, no início do século XXI, não conseguiram suprimir a importância do cacau. Diante desta situação, Noia, Midlej e Romano (2015, p. 37) afirmam:

A reversão da crise socioeconômica instalada na região, com a fragilização da cacauicultura, depende não apenas da reorganização da cadeia produtiva do cacau, mas, também, de aprimoramento nas relações entre os atores envolvidos, suas ações, prioridades e estratégias de diversificação da pauta econômica [...]. Na trajetória da cacauicultura, seja anterior aos anos 1989, seja posterior a este, é patente a insuficiência da intervenção estatal no que concerne à estruturação do cultivo e da diversificação econômica em prol da recuperação do desenvolvimento regional.

Dessa forma, a delimitação do TLS e sua incorporação aos programas TRs, TCs e TIs apresenta-se como uma alternativa de participação dos diferentes atores locais nas discussões e decisões que almejam o desenvolvimento. Entende-se que a delimitação de um território é uma das condições para o sucesso da política de desenvolvimento territorial rural<sup>2</sup>. Sendo assim, a proposta deste artigo foi a de verificar se a demarcação do TLS do estado da Bahia apresenta coesão territorial,<sup>3</sup> em função do caráter identitário de sua população com o território, considerando os traços sociogeográficos, socioeconômicos, socioculturais e sociopolíticos. Especificamente, pretende-se: i) Descrever as características rurais, a situação ambiental e a participação social; ii) Apresentar as características econômicas, da situação ocupacional, da desigualdade e do desenvolvimento; iii) Estimar o Índice de Desenvolvimento Rural (IDR). Para tanto, vinte e cinco variáveis municipais foram selecionadas e analisadas por meio dos métodos estatístico-descritivo e comparativo, como também por meio da Análise Fatorial.

Trabalhos anteriores já dedicaram-se a construir e aplicar índices para identificar o grau de desenvolvimento rural em determinados territórios.

2 A discussão detalhada sobre desenvolvimento territorial rural encontra-se na seção 2 deste artigo.

3 A discussão sobre o termo coesão territorial está apresentada na seção 2 deste artigo.

Kageyama (2004), por exemplo, sugeriu a estimativa de um IDR que tomasse por base a média aritmética simples de quatro indicadores: o Índice de População (IPOP), o Índice de Bem-Estar Social (IBES), o Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE) e o Índice de Meio Ambiente (IMA). Este índice foi aplicado à realidade do estado de São Paulo e permitiu classificar seus municípios como de alto, médio e baixo IDR. Os resultados para aquele estado, cujo dinamismo econômico e social é elevado para a realidade brasileira, apontaram que 16,7% dos municípios possuem um IDR baixo. Outro trabalho, de autoria de Correa, Silva e Neder (2007), aplicou a mesma metodologia à região Nordeste do Brasil, e constatou que 75% dos municípios apresentam IDR muito baixo.

Assim, para discutir a demarcação do TLS, após esta primeira seção introdutória, a segunda apresenta, de forma breve, o conceito de desenvolvimento rural e territorial utilizado. A terceira seção apresenta algumas considerações metodológicas sobre o trabalho desenvolvido. A quarta analisa os resultados, procurando verificar se os municípios aglutinados no território apresentam ou não coesão territorial nas condições de desenvolvimento. A quinta, e última seção, apresenta algumas considerações finais.

## 2. DESENVOLVIMENTO (RURAL E TERRITORIAL)

Considerando as transformações socioeconômicas e a reestruturação institucional ocorridas nos últimos anos, principalmente na etapa do desenvolvimento capitalista denominado de globalização, de hegemonia do ideário neoliberal, novas abordagens teóricas e analíticas procuram apreender o processo de desenvolvimento rural neste contexto. Os estudos atuais sugerem alterações no enfoque rural, de uma associação setorial (restrito à agropecuária) para outra, espacial. Ademais, há que se reconhecer, ainda, uma mudança na orientação das políticas públicas, de ações de planejamento exclusivamente do tipo *top-down* (“desde cima”) para incluir também as ações do tipo *bottom-up* (“desde baixo”), não limitadas ao produtor, mas que incluam uma rede de atores mais ampla, inclusive urbanos pertencentes aos espaços territoriais de perfil rural. Nesse sentido, estudos propõem o território como a melhor unidade de refe-

rência para analisar os processos de diagnóstico, de formulação e de gestão do desenvolvimento rural (SCHNEIDER, 2004; MOYANO-ESTRADA, 1999).

Para a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do extinto MDA, o território é definido como:

Espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. [Já os territórios rurais] São territórios onde os critérios multidimensionais que os caracterizam, bem como os elementos mais marcantes que facilitam a coesão social, cultural e territorial, apresentam, explícita ou implicitamente, a predominância de elementos ‘rurais’. Nesses territórios, incluem-se os espaços “urbanizados” que compreendem pequenas e médias cidades, vilas e povoados (BRASIL, 2005b).

De acordo com a SDT, para ser caracterizado como TR deve prevalecer o ambiente natural pouco modificado, atividades agrícolas, silvicultoras e pastoril, pequena população e baixa densidade demográfica, além de hábitos e tradições culturais próprias do meio rural e economia de base primária, sem desconsiderar os encadeamentos das atividades secundárias e terciárias (ORTEGA, 2008; BRASIL, 2005a).

Segundo os critérios do governo federal, para que os municípios de uma região rural participem do programa TRs, os requisitos são: apresentar elementos de coesão social e territorial, baixo dinamismo, pobreza e concentração do público prioritário (agricultores familiares, famílias assentadas pela reforma agrária, agricultores beneficiários do reordenamento agrário, famílias assentadas) (BRASIL, 2005b).

No entanto, compreender o processo que resulta no desenvolvimento territorial rural requer o entendimento mais amplo do que envolve a expressão “território”. Haesbaert (2006) ressalta que o território sempre é constituído da dimensão simbólica ou cultural (imaterialidade) e da dimensão material, de natureza política e econômica, por isso sugere que os estudos sobre território devam partir de uma visão integradora. Essa visão inte-

gradora também diz respeito à necessidade de considerar o contexto histórico em que está inserido o território, pois:

O fato de considerarmos o território num sentido amplo, multidimensional e multiescalar, jamais restringindo-o a um espaço uniescalar como o do Estado-nação, não implica em menosprezar suas especificidades geo-históricas, sua diferenciação de acordo com os contextos históricos e geográficos em que é produzido. [...] (HAESBAERT, 2006, p. 96).

Assim, nenhum corte espacial pode ser passivo, sem contexto institucional e histórico, porque as escalas não são exatas e imutáveis, mas são esculpidas, material e simbolicamente, em processos, por natureza, sociais. Assim, as escalas revelam os processos sociais, econômicos e políticos particulares (BRANDÃO, 2011; 2007). Sendo assim, para Abramovay (2006), os territórios deixam de ser definidos por limites físicos e passam a ser constituídos pelas interações sociais (cooperação, partilha de conhecimentos e de experiências), destacando o papel dos atores e das organizações no processo de crescimento do território.

Como consequência, conforme ressalta Ellis (2000), é preciso uma nova abordagem para o desenvolvimento rural, a partir da diversificação das possibilidades de rendas, agropecuárias e não agropecuárias. Outro autor que chama a atenção para uma abordagem mais ampla do desenvolvimento rural é Veiga (2002, p. 47), que, ao analisar o Brasil rural aponta que é necessário criar “um plano que contenha diretrizes, objetivos e metas que favoreçam sinergias entre a agricultura e os setores terciários e secundários das economias locais”.

Ainda de acordo com Veiga (1999) a utilização do enfoque territorial para elaborar políticas públicas é uma boa solução para superar a dicotomia rural-urbano e promover o desenvolvimento local, territorial, ou mesmo regional. Por isso, por desenvolvimento rural, é possível apreender “[...] um conjunto de ações e práticas que visam reduzir a pobreza em áreas rurais, visando estimular um processo de participação que proporciona empoderamento (*empowerment*) aos habitantes rurais, tornando-os capazes de definir e de controlar suas prioridades para a mudança” (SCHNEIDER, 2004, p. 95). De maneira sintética, Schneider (2004, p. 99) define o desenvolvimento rural como:

[...] um processo que resulta de ações articuladas, que visam induzir mudanças socioeconômicas e ambientais no âmbito do espaço rural para melhorar a renda, a qualidade de vida e o bem-estar das populações rurais. Dadas as especificidades e particularidades do espaço rural determinadas pelos condicionantes sociais, econômicos, edafoclimáticos e tecnológicos, o desenvolvimento rural refere-se a um processo evolutivo, interativo e hierárquico quanto aos seus resultados, manifestando-se nos termos dessa complexidade e diversidade no plano territorial.

Dessa forma, com vistas ao desenvolvimento territorial rural, Schejtman e Berdegué (2003) propõem a constituição de uma arquitetura institucional em que o Estado e a sociedade civil operem de forma conjugada e complementar. Para tanto, sugerem a implementação de programas e de ações que possam produzir transformações produtivas e institucionais, que compreendam o rural no seu sentido amplo, desenvolvam capacitações e iniciativas baseadas na identidade local, superem os problemas estruturais, relacionados às desigualdades e à pobreza.

Por isso, o território é uma área geográfica de construção de um projeto político-institucional em torno de objetivos comuns. Ou seja, no território os projetos produtivos, sociais, culturais e ambientais são liderados por um projeto dominante, que pode ser cognominado “ideia-guia” (CORREIA, 2007).

É a identidade que possibilita a construção de um *pacto* territorial.<sup>4</sup> A identidade compreende a ação de compartilhar valores, costumes, princípios, crenças, simbologias e formas de vida em um espaço. De acordo com Perico (2009), em última instância, a identidade joga um papel decisivo na construção de uma coesão territorial, que se manifesta por meio de traços socioculturais, sociogeográficos, socioeconômicos e sociopolíticos. Ou seja, entende-se que há coesão territorial quando grupos sociais dos municípios possuem capacidade de articulação em torno de um projeto de desenvolvimento comum, conforme demonstra Moyano-Estrada e Ortega (2014).

De acordo com esses autores, a abordagem do Programa Leader, que levou à formação e desen-

volvimento de recentes territórios rurais na União Europeia, um dos pilares fundamentais para o sucesso do programa é que se alcance coesão territorial nos espaços territoriais. Assim, para que um território tenha uma experiência exitosa, ademais de constituir-se como um território-zona,<sup>5</sup> de dimensões relativamente reduzidas (reunindo uma população entre 10.000 e 100.000 habitantes), requer capacidade de construção de uma coesão social entre seus distintos segmentos sociais. Dessa maneira, para a Comissão Europeia (2006, p. 8), a utilização do território zona significa aplicar “a política em causa de um território pequeno, homogêneo e socialmente coerente, frequentemente caracterizado por tradições comuns, uma entidade local e um sentimento de pertença ou por necessidades e expectativas comuns”.

### 3 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Para analisar a relação entre a coesão territorial e a delimitação do Território Litoral Sul foi necessário considerar o caráter multidimensional do desenvolvimento (rural e territorial). Neste sentido, foi realizada uma seleção de indicadores, buscando informações essenciais para a análise, que estivessem relacionadas aos critérios e objetivos dos programas públicos de cunho territorial, e que abordassem coesão territorial, em função da identidade, ao considerar os traços sociogeográficos, socioeconômicos, socioculturais e sociopolíticos, tais como: demografia, pobreza, desenvolvimento, desigualdade de renda, participação social, atividades econômicas, estrutura fundiária, potencial agropecuário, situação ambiental, educação, situação ocupacional, saúde, longevidade e características dos domicílios.

Buscou-se trabalhar com as informações consideradas mais significativas, selecionando 25 variáveis, a saber: ( $X_1$ ): Percentual da população residente no meio rural; ( $X_2$ ): Percentual de estabelecimentos agropecuários pertencentes aos agricultores familiares; ( $X_3$ ): Percentual da população em condição de pobreza; ( $X_4$ ): Percentual da população em condição de extrema pobreza; ( $X_5$ ): IDH-M; ( $X_6$ ): Índice de Gini; ( $X_7$ ): Percentual da renda proveniente de rendimentos do trabalho; ( $X_8$ ): Percentual dos estabelecimentos agropecuários não associados (às cooperativas e ou entidades de

4 A construção de um pacto territorial, de maneira concertada, ou seja, que promova uma coesão territorial, não implica desconsiderar os conflitos classistas, sociais e políticas, mas que, estrategicamente, em determinados momentos, os atores sociais se envolvem na construção de um projeto comum.

5 Nesse programa, também são fomentados os territórios redes.

classe); ( $X_9$ ): Percentual de eleitores que compareceram nas eleições; ( $X_{10}$ ): PIB *per capita*; ( $X_{11}$ ): Participação do setor agropecuário no valor adicionado; ( $X_{12}$ ): Índice de *Gini* referente à estrutura fundiária; ( $X_{13}$ ): Valor da produção por estabelecimento agropecuário; ( $X_{14}$ ): Valor da produção por pessoal ocupado no setor agropecuário; ( $X_{15}$ ): Percentual dos estabelecimentos agropecuários que possuem energia elétrica; ( $X_{16}$ ): Percentual da área plantada com a principal cultura; ( $X_{17}$ ): Percentual da área de matas e florestas naturais; ( $X_{18}$ ): Taxa de analfabetismo; ( $X_{19}$ ): Expectativa de anos de estudo; ( $X_{20}$ ): Taxa de desocupação; ( $X_{21}$ ): Grau de formalização dos ocupados; ( $X_{22}$ ): Esperança de vida ao nascer; ( $X_{23}$ ): Mortalidade até 1 ano de idade; ( $X_{24}$ ): Percentual da população em domicílios com banheiro e água encanada; ( $X_{25}$ ): Percentual da população em domicílios com coleta de lixo.

Os dados foram obtidos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Censo Agropecuário 2006 e Censo Demográfico 2010) e no Atlas Desenvolvimento Humano 2010, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Estes dados foram analisados por meio do método estatístico-descritivo e comparativo. Segundo Lima (2004) o método estatístico-descritivo envolve a organização dos dados, bem como sua síntese e descrição, para isso utiliza-se, por exemplo, o cálculo de média, proporção, moda, desvio padrão, valores mínimos e máximos e etc., informações úteis em pesquisas de caráter descritivo ou analítico. O método de análise comparativo também foi utilizado, por ser útil na investigação de indivíduos, classes, fenômenos ou fatos, com vistas a ressaltar as diferenças e similaridades, separados pelo espaço e/ou pelo tempo (GIL, 2002).

A partir daquelas variáveis, foi estimado o IDR. Para estimar o IDR dos municípios do Território Litoral Sul foram considerados os 417 municípios do estado da Bahia. Mas, durante o processo de coleta dos dados, alguns ajustes foram necessários. As informações dos municípios desmembrados após o ano 2000 foram realocadas nos seus respectivos municípios de origem, como no caso dos dados do município de Barrocas, que voltaram a ser adicionados aos dados do município de Serrinha, e as informações do município Luís Eduardo Magalhães, que voltaram a ser contabilizadas com as informações do município de Barreiras. Já o município de Madre de Deus foi eliminado do banco de dados, por não apresentar informações quanto ao

Índice de *Gini* Estrutura Fundiária, variável considerada essencial à análise.

Após essa triagem, tornou-se necessária a inversão do comportamento de algumas variáveis para que elas fossem representadas no sentido positivo (quanto maior proporção de sua ocorrência, maior o desenvolvimento). Isso aconteceu com as variáveis  $X_3$  (percentual de pobres),  $X_4$  (percentual de extremamente pobres),  $X_6$  (Índice de *Gini*),  $X_8$  (Percentual de estabelecimentos não associados),  $X_{12}$  (Índice de *Gini* estrutura fundiária),  $X_{16}$  (Percentual da área plantada com a principal cultura),  $X_{18}$  (Taxa de analfabetismo),  $X_{20}$  (Taxa de desocupação) e  $X_{23}$  (Mortalidade até 1 ano de idade), invertidas da seguinte forma:

$$\begin{aligned} X_3 &= 100 - X_3 \\ X_4 &= 100 - X_4 \\ X_6 &= 1 - X_6 \\ X_8 &= 100 - X_8 \\ X_{12} &= 1 - X_{12} \\ X_{16} &= 100 - X_{16} \\ X_{18} &= 1 - X_{18} \\ X_{20} &= 1 - X_{20} \\ X_{23} &= 100 - X_{23} \end{aligned}$$

Pesquisas que envolvem um número relativamente grande de informações tornam as análises tabular, gráfica e mesmo estatística, de difícil compreensão, por isso a modelagem multivariada tem sido aplicada em trabalhos que envolvem fenômenos complexos e que exigem a consideração de grande quantidade de variáveis e observações. A análise multivariada explica como ocorrem as inter-relações entre as variáveis e objetiva a redução ou a simplificação estrutural, sem importantes perdas de informação, para representar o fenômeno estudado de forma mais simples e facilitar sua interpretação (FÁVERO et al., 2009). Por isso, a estatística multivariada, especificamente, a Análise Fatorial (AF), pelo Método de Componentes Principais (MCP), foi aplicada nesse artigo para a estimativa do IDR, conforme trabalhos realizados por Cheng et al. (2013), Stege (2011) e Melo e Parré (2007).

A AF é um tipo de modelagem multivariada de interdependência dos dados; é uma técnica de redução dos dados que condensa a informação contida em um grupo de variáveis originais em um grupo menor de variáveis, denominadas fatores. Por isso que, para Fávero et al., (2009), entre as

possibilidades de aplicação, os resultados da AF são úteis para o formulador de políticas públicas que almeja estimar um indicador sociodemográfico de municípios a partir de variáveis diversas como renda, taxa de mortalidade infantil, nível de escolaridade etc.

Segundo Maroco (2003, p.261) “[...] a Análise Fatorial usa as correlações observadas entre as variáveis originais para estimar o(s) fator(es) comum(ns) e as relações estruturais que ligam os fatores (latentes) às variáveis”. A AF produz um escore (quantificação) que é uma representação parcimoniosa das informações existentes nas muitas variáveis originais e que identifica as relações estruturais entre essas variáveis, resumidas em poucos fatores não diretamente observáveis. Sendo assim, um fator representa a combinação linear das variáveis originais (MAROCO, 2003; FÁVERO et al., 2009).

O modelo de AF considera que as  $p$  variáveis observáveis ( $X_1, X_2, X_3, \dots, X_p$ ), extraídas de uma população com vetor de média  $\mu$  e matriz de covariância  $\Sigma$ , são linearmente dependentes de algumas variáveis não observáveis  $F_1, F_2, F_3, \dots, F_m$ , denominadas fatores comuns, e de  $p$  fontes adicionais de variação  $\varepsilon_1, \varepsilon_2, \varepsilon_3, \dots, \varepsilon_p$ , denominadas de erros ou fatores específicos (FÁVERO et al., 2009). O modelo de AF é apresentado da seguinte forma:

$$\begin{aligned} X_1 &= \mu_1 + a_{11} F_1 + a_{12} F_2 + \dots + a_{1m} F_m + \varepsilon_1 \\ X_2 &= \mu_2 + a_{21} F_1 + a_{22} F_2 + \dots + a_{2m} F_m + \varepsilon_2 \\ &\vdots \\ X_p &= \mu_p + a_{p1} F_1 + a_{p2} F_2 + \dots + a_{pm} F_m + \varepsilon_p \end{aligned} \quad (1)$$

O coeficiente  $a_{ij}$  é denominado de *loading* ou carga fatorial e representa o peso da variável  $i$  no fator  $j$ , isto é, o grau e correlação entre as variáveis originais e os fatores. Ao padronizar a variável  $X$  (média 0 e desvio padrão 1), o modelo fatorial passa a ser escrito da seguinte forma geral:

$$X_i = a_{i1} F_1 + a_{i2} F_2 + \dots + a_{im} F_m + \varepsilon_i \quad (2)$$

$(i = 1, \dots, p)$

Neste caso,  $X_i$  representa as variáveis padronizadas,  $a_i$  as cargas fatoriais,  $F_m$  os fatores comuns e  $\varepsilon_i$  os fatores específicos.

Segundo Fávero et al., (2009), os fatores são estimados pela combinação linear das variáveis, da seguinte forma:

$$\begin{aligned} F_1 &= d_{11} X_1 + d_{12} X_2 + \dots + d_{1m} X_i \\ F_2 &= d_{21} X_1 + d_{22} X_2 + \dots + d_{2m} X_i \\ &\vdots \\ F_m &= d_{m1} X_1 + d_{m2} X_2 + \dots + d_{mi} X_i \end{aligned} \quad (3)$$

Sendo  $F_m$  os fatores comuns,  $d_{mi}$  os coeficientes dos escores fatoriais e  $X_i$  as variáveis originais, o escore fatorial é resultado da multiplicação dos coeficientes  $d_{mi}$  pelo valor das variáveis originais.

Para Maroco (2003), mesmo que um fator seja uma variável hipotética derivada de um conjunto de variáveis originais diretamente medidas, é possível possuir um escore nesse(s) fator(es) hipotético(s), que possa(m) ser utilizado(s) em outras análises. Segundo Cheng et al., (2013), Stege (2011) e Melo e Parré (2007), como os escores fatoriais possuem distribuição normal com média zero e variância unitária, eles são capazes de indicar a posição relativa de cada observação em relação à determinado fator. Como podem assumir valores positivos ou negativos; em módulo, quanto mais elevado o valor do escore fatorial, mais determinada observação tem elevada influência sobre aquele fator. Dessa forma, a partir da matriz dos escores fatoriais, é possível construir um índice para hierarquizar as observações, denominado de Índice Bruto de Desenvolvimento (IBD), conforme apresentado nas expressões a seguir:

$$IBD = \sum_{i=1}^p W_i F_i \quad (4)$$

$$W_i = \frac{\lambda_i}{\sum_{i=1}^p \lambda_i} \quad (5)$$

$$F_i = \sum_{j=1}^m w_{ij} x_{ij} \quad (6)$$

onde  $W_i$  é o peso do componente principal  $i$  e  $F_i$  é o valor do componente principal  $i$ . Assim,  $W_i$  é a proporção da variância explicada para cada fator e  $F_i$  são os escores fatoriais. Ademais,  $\lambda_i$  é a taxa de contribuição do componente principal  $i$ ,  $p$  é o número total de componentes principais selecionados,  $m$  é o número total de variáveis,  $x_{ij}$  é o valor padronizado da variável  $j$  relacionado à observação  $i$ , e  $w_{ij}$  é o peso da variável  $j$  referente à observação  $i$ .

De tal modo, como nos trabalhos realizados por Cheng et al., (2013), Stege (2011) e Melo e Parré (2007), neste artigo, estimamos o IBD por meio

do cálculo da média ponderada dos fatores pertencentes a cada observação, tomando a valor de cada fator ponderado pela sua variância. Isso foi possível, porque a AF pelo MCP faz com que o primeiro fator contenha o maior percentual de explicação da variância total das variáveis, o segundo fator contenha o segundo maior percentual, e assim por diante. A ponderação pela proporção da variância total elucida a importância relativa de cada fator.

Com base no IBD, interpolaram-se os resultados, considerando o maior valor como 100 e o menor valor como zero (0), estimando o IDR para cada município, os quais foram classificados da seguinte forma:

- Desenvolvimento extremamente alto (EA ou 1), se apresentassem resultados com três desvios padrão acima da média;
- Desenvolvimento muito alto (MA ou 2), se apresentassem resultados entre dois e três desvios padrão acima da média;

- Desenvolvimento alto (A ou 3), se apresentassem resultados entre um e dois desvios padrão acima da média;
- Desenvolvimento médio-alto (MDA ou 4), se apresentassem resultados entre a média e um desvio padrão acima da média;
- Desenvolvimento médio-baixo (MDB ou 5), se apresentassem resultados no intervalo entre a média e um desvio padrão abaixo da média;
- Desenvolvimento baixo (B ou 6), se apresentassem resultados no intervalo entre um e dois desvios padrão abaixo da média;
- Desenvolvimento muito baixo (MB ou 7), se apresentassem resultados no intervalo entre dois e três desvios padrão abaixo da média;
- Desenvolvimento extremamente baixo (EB ou 8), se apresentassem resultados com três desvios padrão abaixo da média.

Quadro 1 – Categorias de desenvolvimento rural

Categoria	Sigla	Desvios padrão ( $\sigma$ ) em torno da média	Número correspondente
Extremamente Alto	EA	$EA \geq (M + 3\sigma)$	1
Muito Alto	MA	$(M + 2\sigma) \leq MA < (M + 3\sigma)$	2
Alto	A	$(M + 1\sigma) \leq A < (M + 2\sigma)$	3
Médio-alto	MDA	$(M) \leq MDA < (M + 1\sigma)$	4
Médio-baixo	MDB	$(M - 1\sigma) \leq MDB < (M)$	5
Baixo	B	$(M - 2\sigma) \leq B < (M - 1\sigma)$	6
Muito Baixo	MB	$(M - 3\sigma) \leq MB < (M - 2\sigma)$	7
Extremamente Baixo	EB	$EB \leq (M - 3\sigma)$	8

Fonte: Adaptado de Stege (2011).

Assim, a partir das 25 variáveis selecionadas neste artigo aplicou-se a AF, determinando o número fixo de sete componentes principais para estimar os escores fatoriais. A estimativa do grau de desenvolvimento rural de cada município do estado da Bahia foi realizada por meio dos escores fatoriais, ou seja, dos valores dos fatores para cada um dos 414 municípios. E a classificação em categorias de desenvolvimento foi realizada considerando o Quadro 1.

## 4 COESÃO TERRITORIAL E DELIMITAÇÃO DO TERRITÓRIO LITORAL SUL

Esta seção discute a demarcação do Território Litoral Sul procurando verificar se os municípios apresentam ou não coesão territorial, em função da

identidade territorial, ao considerar os traços socio-geográficos, socioeconômicos, socioculturais e sociopolíticos. Ou seja, para o conjunto de municípios são descritas as características rurais, a situação ambiental e a participação social; são apresentadas as características econômicas, da situação ocupacional, da desigualdade e do desenvolvimento; e são mapeados os Índices de Desenvolvimento Rural (IDR).

As características rurais do Território Litoral Sul estão presentes na Tabela 1, e referem-se ao percentual da população rural, de estabelecimentos de agricultura familiar, participação da agropecuária no valor adicionado, Índice de Gini da estrutura fundiária, valor da produção por estabelecimento e por pessoal ocupado, e percentual de estabelecimentos com acesso à energia elétrica.

Em 2010, pelo percentual da população rural, o conjunto de municípios do Território Litoral Sul

tinha perfil bastante heterogêneo e não apresentava coesão sociogeográfica. A título de exemplo, enquanto o município de Itabuna possuía apenas 2,45% de população habitando no campo, o município de Marau registrava 81,36% de população residindo no meio rural. Em relação ao percentual de estabelecimentos pertencentes a agricultores familiares, em 2006 também havia heterogeneidade e limitada coesão socioeconômica no referido território. Em Itaju do Colônia, 25,93% dos agricultores eram familiares, mas em Itacaré, eram 87,66% (Tabela 1). De um modo geral, é baixa a participação dos estabelecimentos familiares no total de estabelecimentos, dos 26 municípios, apenas Itacaré possui mais estabelecimentos que a média brasileira (84,36%). Esse dado, junto com a baixa população no campo, reforça o fato de que a agricultura familiar nesse território tem uma participação menor que em outros territórios do estado da Bahia.

Nos municípios do Território Litoral Sul, a participação da agropecuária no valor adicionado total apresentava números divergentes, revelando reduzida coesão socioeconômica em 2010. No caso do município de Itabuna, o setor agropecuário contribuía com apenas 0,7% do valor adicionado, porém no município de Arataca, o setor agropecuário era responsável por 36,75% do valor adicionado. A distribuição da propriedade das terras também não apresentava condições homogêneas em 2006. Em Ibicaraí, o Índice de Gini da estrutura fundiária era de 0,533 (revelando concentração média à forte), todavia, em Una este índice era de 0,858 (indicando concentração forte à muito forte), sendo que a característica da maior parte dos municípios é de forte a muito forte concentração fundiária, com o índice acima de 0,60 (Tabela 1).

Tabela 1 – Características rurais, situação ambiental e participação social dos municípios do Território Litoral Sul, Estado da Bahia, 2006, 2008 ou 2010

Município	Pop. Rural (%) (2010)	Estab. Agric. Familiares (%) (2006)	Participação Agropecuária no V.A. (%) (2010)	Índice Gini Estrutura Fundiária (2006)	Valor Produção por Estab. (R\$) (2006)	Valor Produção por Pessoal Ocupado (R\$) (2006)	Estab. com Energia Elétrica (%) (2006)	Área Plantada Principal Cultura (%) (2006)	Área Matas e Florestas Naturais (%) (2006)	Estab. Não Associados (%) (2006)	Eleitores Com-pareceram (%) (2008)
Almadina	20,09	50,22	23,38	0,655	26.959,64	9.512,66	56,50	91,67	18,51	91,48	87,17
Arataca	46,23	53,19	36,75	0,626	30.808,86	6.369,99	47,23	93,07	37,62	81,44	91,39
Aurelino Leal	15,95	49,34	19,68	0,696	29.378,85	11.351,49	55,51	92,32	9,16	99,12	71,80
Barro Preto	17,95	41,90	21,71	0,545	51.504,76	9.631,34	65,24	90,86	8,42	78,57	93,39
Buerarema	17,89	78,16	6,24	0,580	18.553,37	7.110,76	56,98	97,29	17,56	91,46	91,94
Camacan	21,57	58,78	7,74	0,634	25.729,51	7.884,10	52,93	92,68	28,48	76,93	89,40
Canavieiras	19,89	72,52	19,53	0,746	21.317,69	8.776,49	22,86	71,71	17,62	85,72	74,98
Coaraci	8,75	46,77	9,83	0,648	31.315,67	11.985,01	34,79	92,51	14,65	97,00	92,47
Floresta Azul	31,12	70,28	18,38	0,715	23.087,86	8.373,95	40,31	95,79	6,90	98,19	93,66
Ibicarai	26,31	48,31	7,04	0,533	20.114,86	5.971,92	58,45	94,55	20,46	85,47	90,81
Ilhéus	15,72	57,38	4,74	0,712	24.417,21	6.985,29	53,97	94,19	22,32	78,06	78,14
Itabuna	2,45	62,80	0,70	0,721	29.031,29	8.323,59	69,99	98,36	13,95	62,92	84,85
Itacaré	43,90	87,66	16,09	0,743	5.688,70	2.641,03	25,94	89,13	25,38	96,07	79,71
Itaju do Colônia	19,82	25,93	28,99	0,635	66.876,54	13.599,16	55,97	84,78	11,29	79,01	93,00
Itajuípe	20,12	46,56	9,64	0,569	20.294,36	5.237,61	51,98	91,4	9,45	94,36	87,92
Itapê	34,70	43,27	19,86	0,660	17.987,98	5.760,59	55,29	97,05	7,81	87,50	82,99
Itapitanga	25,63	68,31	17,54	0,831	14.654,93	5.539,49	31,69	91,42	6,62	99,06	77,33
Jussari	24,68	62,53	22,52	0,776	23.477,09	8.842,64	40,43	95,46	12,63	77,90	92,16
Marau	81,36	74,27	24,82	0,763	18.491,89	6.718,38	26,76	73,8	43,52	96,43	79,31
Mascote	20,23	56,25	17,39	0,649	40.023,90	18.673,24	33,09	98,02	15,83	93,57	88,70
Pau Brasil	31,98	63,38	19,16	0,730	13.942,38	4.708,73	52,42	98,39	15,69	86,43	88,78
Santa Luzia	39,51	76,52	17,66	0,672	15.635,35	6.655,40	30,83	34,32	31,17	93,77	75,04
São José da Vitória	9,68	67,34	9,40	0,732	21.698,49	6.542,42	31,16	96,69	28,56	99,50	89,22
Ubaritaba	14,95	79,71	5,05	0,737	11.394,29	4.353,71	39,14	92,45	10,36	99,14	76,57
Uma	37,66	69,80	23,47	0,858	38.646,57	9.919,71	32,42	71,81	49,42	85,85	73,26
Uruçuca	20,46	65,87	14,09	0,723	29.967,56	9.481,04	50,07	95,72	15,41	87,59	92,30

Fonte: IBGE (2013a) - Censo Agropecuário 2006; IBGE (2013b) - Censo Demográfico 2010; Atlas... (2014).

Em se tratando do potencial agropecuário para o ano de 2006, o conjunto de municípios do Território Litoral Sul apresentavam números bem diferentes. Em relação ao potencial agropecuário em termos de produtividade econômica, o valor da produção por estabelecimento em Itacaré era de R\$5.688,70, enquanto em Itaju do Colônia era de R\$66.876,54. O mesmo ocorreu com o valor da produção por pessoal ocupado, que em Itacaré era de R\$2.641,03, mas em Mascote chegou a R\$18.673,24. No que diz respeito ao potencial agropecuário em termos de modernização, o percentual de estabelecimentos com energia elétrica também difere entre os municípios; em Canavieiras somente 22,86% dos estabelecimentos agropecuários tinham acesso à energia elétrica, todavia em Itabuna quase 70% dos estabelecimentos eram modernizados, com acesso a tal serviço (Tabela 1).

A depender da variável indicadora da situação ambiental no meio rural era possível ou não verificar identidade territorial no Território Litoral Sul para o ano de 2006. Analisando o percentual de área plantada com a principal cultura, pode-se considerar que o referido território apresentava coesão territorial, pois a monocultura estava presente em 20 dos 26 municípios, que registravam mais de 90% da área ocupada com estas características. Contudo, além de gerar dependência econômica e vulnerabilidade, a monocultura é um dos indicadores de degradação ambiental. Então, não é um bom indicador de identidade territorial pelo lado ambiental. Se for considerar o percentual da área com matas e florestas naturais, os resultados mostram heterogeneidade, ainda mais que Itapitanga apresentava apenas 6,62% com este tipo de área; mas Una alcançava 49,42% de área preservada (Tabela 1).

A participação social como um traço sociocultural e sociopolítico de um território é de difícil avaliação, principalmente, com dados secundários do meio rural. Neste trabalho, a participação social foi avaliada pelo percentual de estabelecimentos agropecuários não associados à cooperativas e/ou entidades de classe, em 2006, e pelo percentual de eleitores que compareceram nas eleições, em 2008. Há que ressaltar o baixo número de cooperativas presentes no território. Os dados da Tabela 1 revelam que em cada município do Território Litoral Sul era elevado o percentual de estabelecimentos agropecuários não associados, e por isto, sem interesse e/ou experiência no compartilhar valores e formas de vida, no processo interativo

de construção de um projeto político-institucional em torno de objetivos comuns, de promoção das atividades econômicas e do desenvolvimento. O menor percentual de estabelecimentos não associados alcançou 62,92% em Itabuna. Em São José da Vitória, este percentual chegou à 99,5%. Então, no Território Litoral Sul, o traço sociocultural e sociopolítico é de individualismo.

Mesmo sendo de caráter obrigatório e não específico ao setor agropecuário, mas indicador do traço sociopolítico do meio rural, o percentual de eleitores que compareceram às eleições em 2008 era divergente entre os municípios do referido território. Em Floresta Azul 93,66% dos eleitores compareceram, contudo em Aurelino Leal apenas 71,80% realizaram este ato de participação política (Tabela 1).

A Tabela 2 resalta os traços socioeconômicos dos municípios pertencentes ao Território Litoral Sul, para o ano de 2010, por meio de algumas informações não restritas ao setor agropecuário (como na Tabela 1). Considerando as características econômicas, afora Itabuna e Ilhéus, que registraram os maiores PIB's *per capita*, R\$12.615,82 e R\$12.243,02, respectivamente, os demais municípios apresentam PIB's *per capita* bastante semelhantes, mas em valores inferiores, entre R\$4.114,26 (São José da Vitória) e R\$5.981,24 (Arataca); a exceção de Itajuípe e Ubaitaba. Do mesmo modo, a taxa de desocupação é heterogênea, de forma que é de apenas 5,32% em Maraú, mas de 19,2% em Itapé. Apenas Itabuna (57,6%), Ilhéus (54,71%) e Itajuípe (49,56%) possuíam cerca da metade dos empregados formalizados, os demais municípios apresentavam percentuais diferenciados e inferiores, como Maraú (23,24%). O percentual da renda advinda do trabalho também era variável entre os municípios, porque era um pouco ou muito maior que 53,19%; Itacaré, município com forte atrativo turístico, registrava o maior percentual da renda originária do trabalho, 78,29%.

As condições sociais do Território Litoral Sul também estão expressas na Tabela 2. Em 2010, a taxa de analfabetismo era menor em Itabuna (10,94%) e Ilhéus (13,25%), e variável nos demais municípios, alternando entre 21,05% (em Canavieiras) e 34,35% (em Arataca). Em relação aos anos de estudo, existiam alguns municípios com cerca de seis, sete ou oito anos de estudo; apenas Itabuna alcançou 9,36 anos de estudo. Das condições de saúde, a população de um grupo de mu-

nicípios chega a uma esperança de vida ao nascer em torno de 60 anos; outro grupo de municípios em torno de 70 anos. Os menores níveis de mortalidade infantil ocorreram em Ilhéus (18), Itabuna (18,1) e Itacaré (18,1); mas, este nível variou nos demais municípios e chegou até 40,7 crianças por mil nascidas vivas, em São José da Vitória.

Como ocorreu com outros indicadores econômicos e sociais do ano de 2010, Itabuna (17,09%) e Ilhéus (19,66%) foram os municípios do Território Litoral Sul com os menores percentuais de pobreza. Os demais municípios apresentavam diferentes e mais elevados níveis de pobreza, que variou entre 25,88% (em Uruçuca) e 46,08% (em Mascote). Do mesmo modo a extrema pobreza era menor em Itabuna (6,12%) e Ilhéus (6,86%). Embora em valores distintos, o percentual de pessoas extremamente pobres variou entre 9,46% (Uruçuca) e 24,05% (em Mascote). Assim, considerando a população pobre e extremamente pobre, Itabuna (23,21%) e Ilhéus (26,52%) apresentam os menores valores, enquanto Mascote (70,13%) registra grande maioria da população em situação de pobreza e extrema pobreza, justificando por esta informação a participação destes municípios em programas territoriais.

O Índice de Gini estima o grau de desigualdade na distribuição dos rendimentos da população de cada município, e quanto maior seu valor (e próximo de 1) maior o nível de desigualdade. Em 2010, no Território Litoral Sul foram distintos os índices estimados para cada município, desde o índice estimado para Itapitanga, 0,430, com o menor nível de desigualdade na distribuição da renda, até o índice estimado para Maraú, 0,710, um nível bem mais elevado de desigualdade de rendimentos (Tabela 2).

O IDH sintetiza o quadro de informações socioeconômicas dos municípios pertencentes ao Território Litoral Sul, para o ano de 2010, em que é possível identificar três grupos distintos de municípios, reforçando a heterogeneidade existente no território. Itabuna se destacou com o maior IDH, 0,712, e, por isso, classificado como de alto nível de desenvolvimento. Ilhéus (0,690), Ibicaraí (0,625), Uruçuca (0,616), Coaraci (0,613), Buerarema (0,613), Ubaitaba (0,611) e Barro Preto (0,602) eram municípios de médio nível de desenvolvimento. Os demais municípios (18) foram classificados em condições de baixo nível de desenvolvimento (Tabela 2).

Tabela 2 – Características econômicas, da situação ocupacional, da desigualdade e do desenvolvimento dos municípios do Território Litoral Sul, Estado da Bahia, em 2010

Município	PIB Per Capita (R\$)	Renda do Trabalho (%)	Taxa de Desocupação (%)	Grau de Formalização (%)	IDH	Índice de Gini	Pobres (%)	Extrem. Pobres (%)	Taxa Analfabetismo (%)	Expect. Anos Estudo (Anos)	Esperança Vida Nascer (Anos)	Mortalidade até 1 ano (em 1.000 crianças)
Almadina	4.804,62	58,9	13,91	31,39	0,563	0,46	38,08	12,12	34,22	8,85	70,07	27,2
Arataca	5.981,24	72,07	6,51	24,04	0,559	0,47	38,64	12,78	34,35	7,71	70,46	26
Aurelino Leal	4.583,96	69,82	9,99	24,53	0,568	0,45	36,6	12,91	29,26	7,6	70,55	25,8
Barro Preto	5.289,01	68,51	11,31	45,16	0,602	0,49	34,48	15,21	28,31	7,78	69,63	28,6
Buerarema	5.937,11	63,37	11,72	30,01	0,613	0,53	34,68	13,31	25,03	6,44	71,33	23,5
Camacan	5.451,29	75,01	14,99	39,72	0,581	0,6	38,74	16,75	24,57	7,41	71,07	24,2
Canavieiras	5.158,86	67,89	11,41	27,65	0,59	0,51	30,85	12,62	21,05	7,22	72,74	19,8
Coaraci	4.906,79	64,46	12,09	35,99	0,613	0,54	29,86	11,34	25,16	8,4	70,69	25,4
Floresta Azul	4.314,17	58,83	12,22	29,69	0,557	0,45	38,11	19,11	30,89	7,69	68,88	30,9
Ibicaí	4.698,54	63,69	13,57	37,62	0,625	0,53	32,19	13,41	23,03	8,25	70,81	25
Ilhéus	12.243,02	71,15	12,08	54,71	0,69	0,58	19,66	6,86	13,25	8,61	73,47	18
Itabuna	12.615,82	75,89	13,37	57,6	0,712	0,56	17,09	6,12	10,94	9,36	73,42	18,1
Itacaré	4.668,06	78,29	7,77	34,28	0,583	0,55	36,47	16,08	24,63	6,95	73,42	18,1
Itaju do Colônia	5.591,87	71,14	12,99	43,22	0,592	0,48	37,65	12,46	27,77	8,47	68,45	32,4
Itajuípe	7.228,97	67,46	11,41	49,56	0,599	0,49	28,49	10,53	23,42	8,15	70,52	25,8
Itapé	4.451,75	65,81	19,2	47,3	0,599	0,47	34,17	13,4	24,93	8,26	70,66	25,4
Itapitanga	4.407,27	63,48	15,82	33,18	0,571	0,43	36,57	15,75	27,63	8,41	70,81	25
Jussari	5.362,99	60,87	15,63	41,87	0,567	0,51	37,14	14,75	31,81	7,43	66,93	37,8
Marau	4.824,77	53,19	5,32	23,24	0,593	0,71	44,19	22,23	27,25	6,84	73,08	18,9
Mascote	4.347,34	71,92	15,51	33,17	0,581	0,58	46,08	24,05	32,95	8,53	69,64	28,5
Pau Brasil	4.187,98	69,29	6,96	32,62	0,583	0,56	41,5	22,52	30,67	7,73	68,6	31,9
Santa Luzia	4.214,78	72,01	7,14	27,18	0,556	0,46	35,7	13,38	32,31	7,79	71,07	24,2
São José Vitória	4.114,26	64,86	11,29	32,19	0,546	0,45	38,68	12,55	30,62	8,57	66,16	40,7
Ubaitaba	7.070,03	73,62	8,45	30,23	0,611	0,56	35,38	13,75	23,19	8,26	71,04	24,3
Uma	5.693,86	73,73	14,42	33,67	0,56	0,52	34,41	17,45	27,41	7,56	67,61	35,3
Uruçuca	4.829,76	70,44	14,34	40,05	0,616	0,48	25,88	9,46	23,58	8,31	70,45	26

Fonte: IBGE (2013a) - Censo Agropecuário 2006; IBGE (2013b) - Censo Demográfico 2010; IBGE (2013c) - PIB 2010; Atlas... (2014)

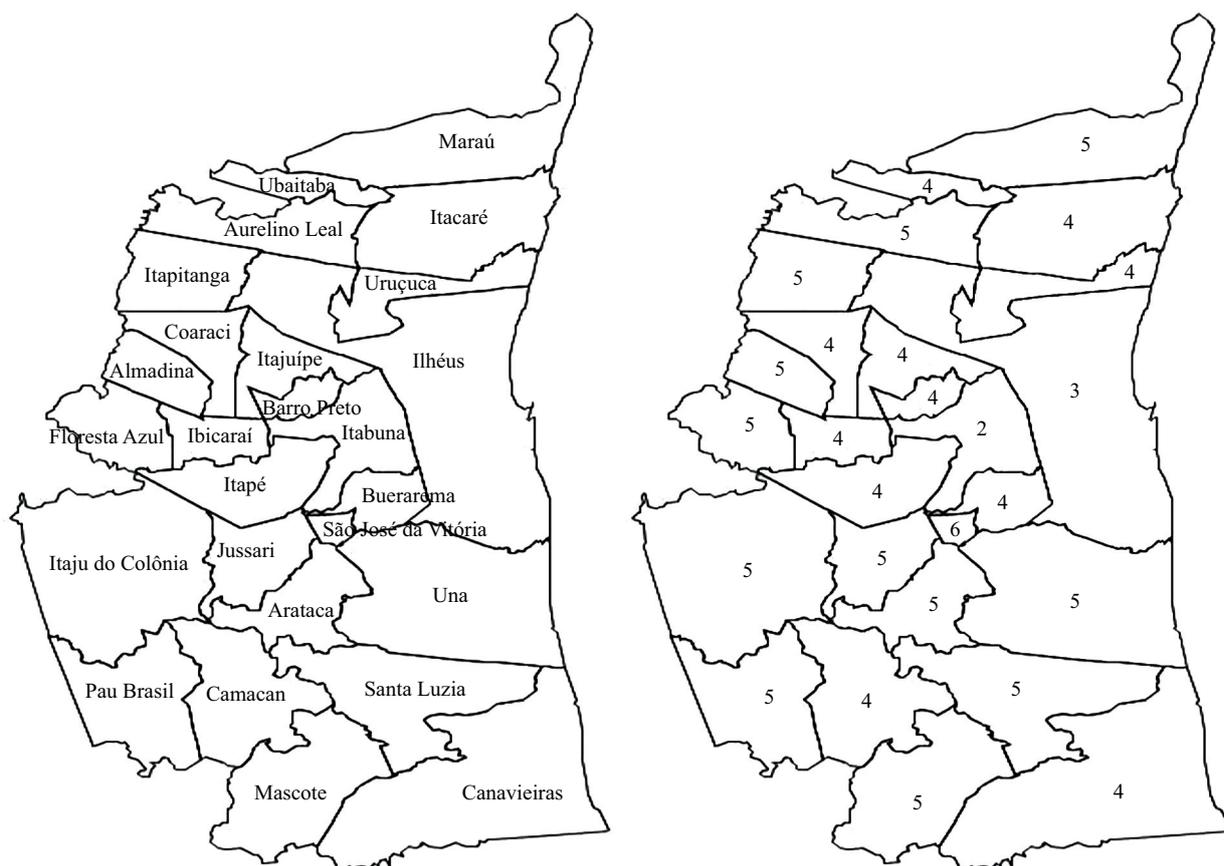
Para além do IDH, o IDR dos municípios do Território Litoral Sul foi estimado a partir de 25 variáveis relacionadas aos traços sociogeográficos, socioeconômicos, socioculturais e sociopolíticos, representativas das características rurais, situação ambiental, participação social, características econômicas, situação ocupacional e desigualdade. Pelos motivos anteriormente apresentados, o IDR foi estimado considerando 414 municípios baianos. Então, a classificação do IDR para um determinado município representa a posição dele em relação aos demais municípios do estado da Bahia. O IDR foi classificado em categorias, recebendo valor entre 1 (desenvolvimento rural extremamente alto) e 8 (desenvolvimento rural extremamente baixo), como na Figura 1.

A Figura 1 apresenta o Território Litoral Sul, com identificação das categorias do IDR. Ne-

nhum município desse território foi classificado com o IDR extremamente alto (EA ou 1). Apenas o município de Itabuna possuía IDR muito alto (MA ou 2) e o município de Ilhéus apresentava IDR alto (A ou 3).

Conforme a Figura 1, os municípios do Território Litoral Sul com IDR médio alto (MDA ou 4) são: Ubaitaba, Itacaré, Uruçuca, Coaraci, Itajuípe, Barro Preto, Ibicaraí, Itapé, Buerarema, Camacan e Canavieiras. Os municípios com IDR médio baixo (MDB ou 5) são: Marau, Aurelino Leal, Itapitanga, Almadina, Floresta Azul, Itaju do Colônia, Jussari, Arataca, Una, Pau Brasil, Santa Luzia e Mascote. São José da Vitória é o único município do território com IDR baixo (B ou 6). Nenhum município do território foi classificado com IDR muito baixo (MB ou 7) e extremamente baixo (EB ou 8).

Figura 1 – Território Litoral Sul (BA), com identificação das categorias dos Índices de Desenvolvimento Rural (IDR)



Fonte: Dados de pesquisa.

Assim, por meio do IDR o Território Litoral Sul não poderia ser instituído como um único território, mas deveria ser subdividido de forma que se formassem grupos de municípios mais homogêneos entre si, em termos de desenvolvimento

rural. Segundo publicação do Foro Iesa (2009), outro ponto importante é que na formação de um território é necessário respeitar formações prévias, mas ao mesmo tempo, o documento defende que um território não possui fronteiras fixas, ou seja, o

mesmo pode sofrer alterações incluindo ou retirando municípios de sua formação, desde que essas alterações possam contribuir com a coesão territorial. Ponto que nos leva a questionar a demarcação do Território Litoral Sul, conforme proposição do artigo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou discutir a demarcação e a aglutinação dos municípios do Território Litoral Sul, que foi estabelecida pelos programas públicos territoriais. O propósito foi verificar se os municípios do referido território apresentam ou não identidade (coesão territorial), considerando os traços sociogeográficos, socioeconômicos, socioculturais e sociopolíticos, em um sentido amplo, multidimensional e multiescalar, para além da escala exata e imutável, dos limites físicos, do espaço uniescalar como o do Estado-nação. Também de acordo com as proposições governamentais, os programas públicos territoriais devem instituir territórios a partir de critérios multidimensionais, considerando os elementos de coesão social e territorial, baixo dinamismo, pobreza e concentração do público prioritário (como os agricultores familiares).

As análises dos dados para o ano de 2006 e 2010, por meio do método estatístico-descritivo e comparativo, revelam que os municípios que compõem o Território Litoral Sul são heterogêneos na grande maioria das características. Em relação às informações específicas do campo, tais como população rural, percentual de agricultores familiares, participação do setor agropecuário no valor adicionado total, distribuição das propriedades agropecuárias, potencial agropecuário (produtividade econômica e modernização), situação ambiental e participação social (relacionada ao comparecimento nas eleições) os municípios apresentam perfil bastante diferenciado entre si, inclusive, é baixa a presença da agricultura familiar no território.

No que diz respeito às características socioeconômicas não restritas ao setor agropecuário, tais como PIB *per capita*, taxa de desocupação, emprego formal, percentual da renda advinda do trabalho, taxa de analfabetismo, anos de estudo, esperança de vida ao nascer, mortalidade infantil, percentual de pobres e extremamente pobres, distribuição dos rendimentos e nível de desenvolvimento, o mesmo ocorre, não há homogeneidade no

perfil dos municípios. Assim sendo, nesse formato, o território não reúne as características para coesão territorial nos termos em que estabelecemos.

Ao considerar todas estas informações em conjunto, por meio de um índice estimado com o suporte da AF, o denominado IDR, foi possível identificar grupos distintos de municípios, com nível de desenvolvimento rural entre muito alto (Itabuna) a baixo (São José da Vitória).

Assim, verificou-se uma demarcação de municípios heterogêneos no Território Litoral Sul. E, portanto, torna-se necessário repensar na delimitação do referido território, para se instituir territórios com menor número de municípios, aglutinando aqueles que possuem maior homogeneidade social e econômica e que, portanto, possuem maiores chances de obter uma coesão territorial, que viabilize a construção de pactos territoriais com vistas ao desenvolvimento. Dessa maneira, como ressalta Ortega (2008), a coesão social que viabiliza a constituição de um pacto territorial não implica em ignorar os conflitos intra e inter classes mas, sim, reconhecer uma estratégia desses segmentos socioeconômicos, ainda que temporária, em torno de um projeto de desenvolvimento integrador. Cabe reconhecer, como consequência, que esse artigo deixa alguns cabos soltos para novos estudos, como por exemplo, a questão da representação de interesses e de sua participação nos espaços de concertação constituídos pelos Territórios.

## REFERÊNCIAS

- ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14.724, de 17.03.2011**. Informação e documentação, trabalhos acadêmicos, apresentação. Válida a partir de 17.04.2011. Rio de Janeiro, 2011.
- ABRAMOVAY, R. Para uma teoria de estudos territoriais. In: MANZANAL, M.; NEIMAN, G.; LATTUADA, M. **Desarrollo rural** – Organizaciones, instituciones y territorios. Buenos Aires: Ciccus, 2006. p. 51-70.
- ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil 2010. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/>>. Acesso em: 10 out. 2014.
- BRANDÃO, C. A. **Visões teóricas sobre desenvolvimento regional e a ques-**

**tão das escalas (mundial, nacional, sub-nacional e local) nas políticas regionais contemporâneas.** 2011. (mimeo).

\_\_\_\_\_. **Território e desenvolvimento:** as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Unicamp, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). **Plano territorial de desenvolvimento sustentável Litoral Sul,** 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/7IY6pV>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT. Série Documentos Institucionais: n.2. **Marco Referencial para apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais.** Brasília. Junho de 2005a.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT. Série Documentos institucionais: n.1. **Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil.** Brasília: DF. Março de 2005b.

CERQUEIRA, C. A. **Políticas públicas de desenvolvimento territorial rural:** uma análise da delimitação dos territórios rurais do estado da Bahia, segundo a tipologia municipal. Tese (Doutorado em Economia) – Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2015.

CHENG, Y.; WANG, Y.; WANG, Z.; LUO, X. Changing rural development inequality in Jilin Province, Northeast China. *Chin. Geogra. Sci.* 2013, v. 23, n. 5, p. 620-633, Springer Science Press doi: 10.1007/s11769-013-0629-2. Disponível em: <[www.springerlink.com/content/1002-0063](http://www.springerlink.com/content/1002-0063)>. Acesso em: 10 abr. 2016.

CORREA, V. P.; SILVA, F. F.; NEDER, H. D. Índice de desenvolvimento rural e políticas públicas. Análise das liberações do Pronaf nas regiões Nordeste e Sul do Brasil. In: ORTEGA, A. C. (Org.) **Territórios, políticas públicas e estratégias de desenvolvimento.** Campinas: Alínea, 2007.

COMISSÃO EUROPEIA. **A abordagem Leader** – Um guia básico. Direcção-Geral da

Agricultura e do Desenvolvimento Rural. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2006.

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries.** Oxford: Oxford University, 2000.

FÁVERO, L. P. L.; BELFIORE, P. P.; CHAN, B. L.; SILVA, F. L. **Análise de dados:** Modelagem multivariada para tomada de decisões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FORO IESA (Foro IESA sobre la cohesión de los territorios rurales). **Del desarrollo rural al desarrollo territorial:** Reflexiones a partir de la experiencia española. (Primer Documento, diciembre 2009).

GIL, A. C. **Técnicas de pesquisa em Economia e elaboração de monografias.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>>. Acesso em: 08 out. 2013.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>>. Acesso em: 06 nov. 2013

\_\_\_\_\_. **Produto interno bruto dos municípios.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2010/default.shtm>>. Acesso em: 01 dez. 2013.

JESUS, C. M. **Desenvolvimento territorial rural:** análise comparada entre os territórios constituídos autonomamente e os induzidos pelas políticas públicas no Brasil e na Espanha. 2013. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Desenvolvimento; Programa de Pós-Graduação em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural:** conceito e um exemplo de medida. In: XLIII Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de

Economia e Sociologia Rural (XLIII SOBER). Cuiabá (MT), 2004. **Anais...**, Cuiabá, 2004.

MAROCO, J. **Análise estatística com utilização do SPSS**. Lisboa: Silabo, 2003.

MELO, C. O. de; PARRÉ, J. L. Índice de desenvolvimento rural dos municípios paranaenses: determinantes e hierarquização. **RER**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 329-365, abr./jun. 2007.

MOYANO-ESTRADA, E.; ORTEGA, A. C. O significado das políticas europeias de coesão (2014-2020): uma aposta no enfoque territorial. In: **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, Ano XVI, n. 30, dez. 2014.

NOIA, A. C.; MIDDLEJ, M. M.; ROMANO, J. O. A cacauicultura na região sul da Bahia: trajetória, crises e perspectivas. In: GOMES, A.; PIRES, M. (Orgs.). **Cacauicultura**: estrutura produtiva, mercados e perspectivas. [s.l.], p. 15-41, 2015.

ORTEGA, A. C. **Territórios deprimidos**: desafios para as políticas de desenvolvimento rural. Campinas: Alínea; Uberlândia: Edufu, 2008.

PERICO, R. E. **Identidade e território no Brasil**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009.

SCHEJTMAN, A. BERDEGUÉ, J. **Desarrollo territorial rural**. Rimisp, Santiago/Chile, febrero, 2003.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 6, n.11, p. 88-125, jan./jun. 2004.

STEGE, A. L. **Desenvolvimento rural nas microrregiões do Brasil**: um estudo multidimensional. 137f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá). Maringá (Paraná), 2011.

VEIGA, J. E. A face territorial do desenvolvimento. 27º ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, Belém, 8-10 de dezembro de 1999, volume II, **Anais...**, Belém, 1999. p. 1.301-1.318.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias**. O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.

